

Data Vencimento	Obrigação	Documento Arrecadação	Fato Gerador e Fundamento Legal [**]	Período Apuração
10 (segunda-feira)	ISSQN	DUAM	Fato gerador, prestação de serviç�os constantes da lista a que se refere o artigo 52 da Lei n� 5.040, de 1975 - Código Tributário Municipal (CTM). (Art. 115 do Decreto n� 1.786/15 – RCTM)	Julho
	Sociedade Profissional		Os serviç�os prestados por sociedade de profissionais serão calculados em função de cada estabelecimento e em quádruplo, em relação a cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não. (Art. 117 do Decreto n� 1.786/15 - RCTM)	
20 (Quinta-feira)	IPTU ITU (7� Parcela) IPU (7� Parcela)		Fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, edificado ou não, localizado nas áreas urbanas, de expansão urbana e urbanizável. (Art. 100 do Decreto n� 1.786/15 - RCTM)	Ano Calendário 2019
			O imposto será calculado mediante a aplicação de alíquotas fixas sobre a Unidade Fiscal de Referência (Ufir). (Arts. 71 e 73 da Lei n� 5.040/75 – CTM)	
31 (Segunda-feira)	Profissionais Aut�nomos (6� Parcela)		O Programa de Parcelamento Incentivado foi regulamentado pelo Decreto n� 1.417/14, para fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 2014.	Julho
	PPI - 1		O Segundo Programa de Parcelamento Incentivado, regulamentado pelo Decreto n� 2.721/14, para fatos geradores até 30 de setembro de 2014.	
	PPI - 2			
	ISSQN Shows		Recolhido por estimativa e antecipada, até 02 dias úteis antes da realização do show, evento, espetáculo, congresso ou cong�neres. (Art. 149 do Decreto n� 1.786/15 - RCTM)	
	ISTI		Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acess�o física, e de direitos reais sobre imóveis. (Art. 209 do Decreto n� 1.786/15 - RCTM)	

DECLARAÇÕES			Fato Gerador
07 (Sexta-feira)	DMOC	Declaração Eletr�nica Mensal de Operações com Cartões de Crédito ou Débito, a serem preenchidas mensalmente, referentes às prestações de serviç�os recebidas por meio de cartões magnéticos que contemplem as funções crédito e/ou débito (Art. 198 do Decreto n� 1.786/15 - RCTM)	Julho
	DMS	Os prestadores de serviç�os sujeitos � escrituração fiscal convencional deverão adotar a DMS, em substituição ao Livro de Registro de Prestação de Serviç�os, Modelo 1	
	DMS Banco	Declaração Eletr�nica Mensal de Serviç�os Bancários e de Estabelecimentos de Crédito e Cong�neres, a ser preenchida mensalmente	
	DMOI	Cartório de Notas de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos.	
	REST	Todos os inscritos no Cadastro de Atividades Econ�micas, os Profissionais Aut�nomos e Microempreendedores Individuais, deverão apresentar, mensalmente, a Rest, Modelo D (Art. 198 do Decreto n� 1.786/15 – RCTM).	
	ROTI	Os prestadores de serviç�os pessoas jurídicas e equiparadas que atuem no ramo de corretagem, intermediação e administração imobiliária.	
	DTI	A Declaração de Transações Imobiliárias - DTI deverá ser apresentada pelo incorporador e conter� as informações relativas às unidades imobiliárias negociadas ou transacionadas (Art. 224 do Decreto n� 1.786/15 – RCTM).	

LEGENDA:

DMOC: Declaração Eletr nica Mensal de Operações de Créditos ou Débito

DMS: Declaração Mensal de Serviç os

DMS Banco: Declaração Mensal Eletr nica de Serviç os Bancários e de Estabelecimentos de Créditos e Cong neres

DMOI: Declaração Mensal de Operações Imobiliárias



DUAM: Documento Único de Arrecadação Municipal
ISSQN: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
SEFIN: Secretaria de Finanças
REST: Relação de Serviços de Terceiros
ROTI: Relatório de Operações e Transações Imobiliárias
CTM: Código Tributário Municipal de Goiânia
RCTM: Regulamento do Código Tributário Municipal de Goiânia
ITU: Imposto Territorial Urbano
IPU: Imposto Predial Urbano

NOTAS:

[] Impactos da pandemia da Covid-19:** Calendário das Obrigações Fiscais e Contábeis, vencimentos dos tributos, Contribuições, parcelamentos e as Declarações com a indicação dos prazos originais de vencimento, **devendo o internauta e o nosso assinante observar as "novas datas" de vencimento ou de prorrogação** das obrigações, de acordo com a Legislação que fixou a medida excepcional devido ao período de Calamidade Sanitária, com a Pandemia do Coronavírus.

Nº 1: Calendário Recolhimento

- Profissionais autônomos podem pagar de uma só vez com desconto de 10% ou em até 12 parcelas sucessivas. (Art. 73 da Lei nº 5.040/75).
- **Os valores expressos em Reais (R\$) serão atualizados** por ato do Secretário Municipal de Finanças, até 31 de dezembro de cada ano, com base nos critérios adotados pelo Governo Federal para correção de seus tributos (art. 411, Decreto nº 1.786/15).
- **Arredondamento** dos valores que correspondam a centavos, resultantes dos cálculos dos tributos serão: desprezados, quando inferiores ou igual a R\$ 0,50 e complementados para R\$1, quando superiores a R\$ 0,50 (art. 414, Decreto nº 1.786).
- O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado em **moeda corrente ou cheque**, dentro dos prazos fixados na legislação vigente ou no Calendário Fiscal (art. 51, Decreto nº1786).

Nº 2: Declarações - Prazo de Entrega

O Ato Normativo nº 002/2014-GAB estabelece que as declarações devam ser entregues até o oitavo dia do mês subsequente. Se for dia não útil, o contribuinte deve antecipar o prazo de entrega.

Calendário de obrigações editado com base na legislação vigente **até o vigésimo dia do mês da edição**. Acompanhe as alterações posteriores.

Proibida a reprodução, parcial ou total, e a divulgação sem prévia autorização do autor. A violação dos direitos autorais (Arts. 101 á 110 da Lei nº 9.610/98 – Direitos Autorais) é crime previsto no art. 184 do Código Penal.